

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 30 de abril de 2019 às 07h46*  
*Seleção de Notícias*

## Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

<b>Suprema Corte dos EUA quer opinião de governo Trump sobre caso de direitos autorais do Google e Oracle .....</b>	<b>3</b>
TECNOLOGIA	

## Folha de S. Paulo | BR

30 de abril de 2019 | Direitos Autorais

<b>Governo suspende cobrança de direitos autorais no audiovisual .....</b>	<b>4</b>
ILUSTRADA	

## Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Governo cria regime especial simplificado (Inova Simples) para estimular a criação e formalização de Startups .....</b>	<b>5</b>
Propriedade Intelectual	
<b>Advogado destaca papel da propriedade industrial no desenvolvimento de práticas desportivas .</b>	<b>8</b>

# Suprema Corte dos EUA quer opinião de governo Trump sobre caso de direitos autorais do Google e Oracle

TECNOLOGIA



05/12/2018 REUTERS/Arnd Wiegmann

A Suprema Corte ocasionalmente pede à administração de um presidente para se aconselhar sobre a aceitação de um caso particular. O tribunal rejeitou em 2015 uma apelação anterior do Google no caso, depois que o Departamento de Justiça do presidente Barack Obama recomendou contra a audiência.

Os ministros não deram ao Departamento de Justiça do presidente Donald Trump um prazo para sua resposta no caso.

A Suprema Corte norte-americana perguntou nesta segunda-feira ao governo Trump se deve ou não ouvir a tentativa do Google para encerrar o processo de violação de **direitos** autorais da Oracle, envolvendo o sistema operacional Android, que é executado na maioria dos smartphones do mundo.

Os juízes estão considerando a possibilidade de aceitar a apelação do Google de uma decisão de primeira instância revivendo o processo. A Oracle pediu cerca de 9 bilhões de dólares em danos.

Um júri inocentou o Google em 2016, mas a Corte de Apelações do Circuito Federal em Washington, especializada em disputas de propriedade intelectual, revogou essa decisão em 2018, ao descobrir que o Google utilizou inadmissivelmente o código de software da Oracle no Android.

O Circuito Federal rejeitou no ano passado o argumento do Google de que seu uso das "interfaces de programação de aplicativos" da Oracle era permitido pela chamada doutrina de uso justo da Lei de **Direitos** Autorais de 1976 porque, ao adaptá-las para uma plataforma móvel, as transformava em algo novo.

## Governo suspende cobrança de direitos autorais no audiovisual

**SÃO PAULO** A Secretaria Especial de Cultura, subpasta do Ministério da Cidadania, suspendeu habilitações concedidas no ano passado a três entidades para que fossem recolhidas taxas relativas a direitos autorais no audiovisual.

As habilitações permitiam que a Gedar (Gestão de Direitos de Autores Roteiristas), a DBCA (Diretores Brasileiros de Cinema e do Audiovisual)

e a InterArtis (que representa intérpretes) cobrassem valores destinados a suas respectivas categorias toda vez que uma obra audiovisual fosse exibida por um canal de TV ou por um cinema, fora ou dentro do país, por exemplo.

As entidades devem entrar com recurso administrativo contra a suspensão e, caso não sejam atendidas, podem ir à Justiça.

# Governo cria regime especial simplificado (Inova Simples) para estimular a criação e formalização de Startups



Um das pautas do atual Governo é promover a retomada do crescimento econômico do país e, não há dúvidas, que para alcançar esse objetivo é preciso tratar a excessiva burocracia arraigada no ambiente regulatório brasileiro.

O pesado fardo da burocracia recai sobre todo o setor produtivo brasileiro. As grandes empresas sofrem e as médias e pequenas sofrem mais ainda.

E o que dizer então daquele empreendedor que possui uma ideia inovadora (muitas vezes disruptiva) para um novo negócio, mas é simplesmente desestimulado em empreender ao se deparar com os excessivos prazos impostos pelo ambiente regulatório atual, altas taxas/emolumentos, insegurança jurídica e complexos processos burocráticos? Sem contar - é claro - da estratosférica carga tributária aplicada em nosso país.

Todavia, para esse empreendedor desestimulado digo: as luzes do final do túnel estão se acendendo. Já era hora!

Isso porque, no dia 25 de abril de 2019, foi publicada a LC nº 167/19 que criou o Inova Simples.

O Inova Simples é um regime especial simplificado que concede às iniciativas empresariais de caráter incremental ou disruptivo que se autodeclarem como startups ou empresas de inovação tratamento diferenciado com vistas a estimular sua criação, formalização, desenvolvimento e consolidação como agentes indutores de avanços tecnológicos e da ge-

ração de emprego e renda.

Um dos pontos positivos trazidos pela nova legislação é a definição do conceito de startup sob o ponto de vista de política pública. Startup, nos termos do Inova Simples, é uma empresa de caráter inovador que visa à aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos e caracteriza-se por desenvolver suas inovações em condições de incerteza que requerem experimentos e validações constantes, inclusive mediante comercialização experimental provisória, antes de procederem à comercialização plena e à obtenção de receita.

A lei também distingue as startups em razão da inovação buscada. Se a startup visar aperfeiçoar algo já existente então será de natureza incremental, mas se a inovação está relacionada à criação de algo totalmente novo, será considerada uma startup de natureza disruptiva.

Bom, mas e na prática, quais são os benefícios implementados pelo Inova Simples?

O regime especial fixará um rito célere para abertura e fechamento de empresas, que se dará de forma simplificada e automática, no mesmo portal eletrônico do Governo Federal destinado à abertura de empresas.

Assim, preenchido corretamente o formulário disponibilizado pelo sistema, será gerado automaticamente número de CNPJ específico, em nome da denominação da empresa e em código próprio. E da mesma forma, na eventualidade de a Startup não atingir seus objetivos, a baixa do CNPJ será automática, mediante procedimento de autodeclaração no mesmo portal..

Continuação: Governo cria regime especial simplificado (Inova Simples) para estimular a criação e formalização de Startups

Para preenchimento do formulário de abertura da empresa, além dos dados de qualificação básicos (qualificação civil, denominação social, etc.), três questões merecem destaque:

- a) Será necessário descrever o escopo da intenção empresarial inovadora, levando em conta a natureza incremental ou disruptiva da startup;
- b) O empreendedor deverá declarar, sob as penas da lei, que o funcionamento da empresa não produzirá poluição, barulho e aglomeração de tráfego de veículos, para fins de caracterizar baixo grau de risco;
- c) Obrigatória definição do local da sede da empresa, que poderá ser comercial, residencial ou de uso misto, sempre que não proibido pela legislação municipal ou distrital, admitindo-se a possibilidade de sua instalação em locais onde funcionam parques tecnológicos, instituições de ensino, empresas juniores, incubadoras, aceleradoras e espaços compartilhados de trabalho na forma de **coworking**.

Ato contínuo, a lei prevê que a startup, uma vez constituída sob o regime especial do Inova Simples, deverá abrir, imediatamente, conta bancária de pessoa jurídica, para fins de captação e integralização de capital, proveniente de aporte próprio de seus titulares ou de investidor domiciliado no exterior, de linha de crédito público ou privado e de outras fontes previstas em lei.

Em que pese o formalismo (correto) para o registro da captação e integralização de capital, o regime prevê que os recursos capitalizados não constituirão renda e destinar-se-ão exclusivamente ao custeio do desenvolvimento dos projetos necessários à busca da inovação pretendida e declarada pela Startup.

Por fim, mas não menos importante, a lei preocupou-se também com os ativos de **propriedade** intelectual gerados pelas startups, os quais merecem sem dúvida proteção.

Nesse sentido, prevê a lei que deverá existir um campo específico para que, quando do cadastro no regime especial, o empreendedor possa comunicar o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) acerca do conteúdo inventivo do escopo da iniciativa empresarial (se houver), para fins de registro de marcas e **patentes**, sem prejuízo de o titular providenciar os registros de **propriedade** intelectual e industrial diretamente no **INPI**. Detalhe: caberá ao **INPI** criar mecanismo que concatene desde a recepção dos dados ao processamento sumário das solicitações de marcas e **patentes**. Veremos.

Enfim, mostra-se louvável e acertada a iniciativa do Governo em reconhecer a importância das startups para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país.

O regime especial criado permitirá às startups, uma vez detentora de regular personalidade jurídica, a formalização de sua atividade empresarial, o acesso a capital, investir e contratar pessoal com a devida segurança jurídica e a proteção dos direitos de **propriedade** intelectual atrelados à inovação.

Considerando a recém publicação da lei, será necessário acompanhar sua aplicação prática, em especial, a regulamentação sistêmica dela derivada, para que se possa, de fato, auferir seus benefícios. De todo modo, não há dúvidas, o Inova Simples pode impulsionar os avanços tecnológicos promovidos pelas startups e, claro, gerar emprego e renda, tal como buscando pelo governo.

Continuação: Governo cria regime especial simplificado (Inova Simples) para estimular a criação e formalização de Startups

---

Rogério Peres

**\*Rogério** Peres é advogado especialista em contratos e propriedade intelectual. Presidente da Comissão de Estudos da Legislação de Startups da OAB/SP | 3ª Subseção | Campinas/SP



## Advogado destaca papel da propriedade industrial no desenvolvimento de práticas desportivas



Na última sexta-feira, 26, foi celebrado o Dia Mundial da **Propriedade** Intelectual. Em virtude da data, a OMPI - **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual promoveu uma campanha inédita focada na importância do tema no esporte.

Em comemoração à data, o secretário de **Direito** Autoral e Propriedade Intelectual, Maurício Braga, promoveu uma palestra sobre a propriedade intelectual no esporte, ministrada pelo advogado Luciano Andrade Pinheiro, sócio do Corrêa da Veiga Advogados. O evento também contou com a presença do secretário nacional de Esportes e Lazer, Washington "Coração Valente", e ocorreu na sede do ministério da Cidadania, em Brasília.

Segundo Pinheiro, a propriedade intelectual é a principal responsável pela receita dos clubes esportivos.

**"Sem** a propriedade intelectual muitos esportes profissionais e algumas modalidades amadoras não so-

breviveriam. Quando uma rede de transmissão paga para transmitir um evento esportivo, nós estamos falando de propriedade intelectual - esse é um direito que a rede de televisão adquire e para isso, ela paga."

Pinheiro explica que a propriedade intelectual se relaciona diretamente com o esporte em **inovações** tecnológicas de equipamentos utilizados nas disputas esportivas, em licenciamentos de marcas de eventos esportivos e de clubes, e, também, no direito de arena.

**"A** utilização de um tênis de corrida, por exemplo, envolve a patente do desenvolvimento do tênis, o design da aparência do objeto, a marca do fabricante, o direito de autor das campanhas publicitárias de divulgação e ainda o patrocínio do atleta que irá utilizá-lo", ressalta o advogado.

Além disso, conforme Pinheiro, a propriedade intelectual também está relacionada a esportes que não são tão tradicionais no Brasil, como os eSports (esportes eletrônicos). Ele explica que as empresas responsáveis pelas plataformas utilizadas no desenvolvimento dos jogos têm direitos de propriedade intelectual, bem como as fabricantes dos eletrônicos utilizados para jogá-los.

Pinheiro destaca que grandes clubes brasileiros já possuem times de eSports.

**"Até** mesmo a transmissão dos campeonatos de e-sports são televisionadas e os treinos das equipes são transmitidos via streaming e isso gera receita para os times da modalidade. Todas as fabricantes de produtos utilizados nos esportes têm direitos de propriedade intelectual e isso faz parte da receita que



Continuação: Advogado destaca papel da propriedade industrial no desenvolvimento de práticas desportivas

sustenta as modalidades esportivas."

---

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 4, 8

**Propriedade Intelectual**

5, 8

**Marco regulatório | INPI**

5

**Patentes**

5

**Inovação**

8

**Entidades**

8